

Língua e Literatura

Número Comemorativo



Língua e Literatura

REVISTA DOS DEPARTAMENTOS DE LETRAS DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Número Comemorativo

Língua e Lit.	São Paulo	Ano X	v. 10-13	p. 1 - 192	1981-4
---------------	-----------	-------	----------	------------	--------

ÍNDICE

DEPOIMENTOS

<i>Paul Arbousse-Bastide</i>	7
<i>Mário Schemberg</i>	35
<i>Candido Silva Dias</i>	60
<i>Florestan Fernandes</i> ..	75
<i>Antonio Candido de Mello e Souza</i> ..	115
<i>Ruy Coelho</i>	121
<i>Gilda de Mello e Souza</i>	134
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	158
<i>Michel Butor</i>	180

FLORESTAN FERNANDES

L. e. L. — Pode-se traçar um paralelo entre a Faculdade de Filosofia anterior a 1964 e a Faculdade de Filosofia de hoje?

F. F. — É possível, porque toda instituição tem sempre o mínimo de continuidade, mas eu penso sempre que o mais importante nos paralelos é a descontinuidade, não é? O que se manteve em termos de um certo padrão de trabalho, que foi totalmente destruído e que também em parte foi enriquecido, está aí; isso não nos deve preocupar, eu acho que é muito do sociólogo deixar de lado aquilo que é positivo no funcionamento das instituições e procurar aquilo que elas não estão fazendo. Ah, salta aos olhos que em 64 a Universidade estava sob uma forte comoção, que não era só reformista: ela era uma comoção estrutural, uma comoção que exigia uma reestruturação global. Esse movimento se espalhou por 67,68 e atingiu o pico no fim de 68. Não foi devidamente avaliado e foi exatamente isso que a ditadura destruiu. A ditadura caiu sobre esse processo de transformação e o pulverizou, e a Universidade posteriormente não teve vitalidade suficiente para continuar essa renovação nas novas condições. Quase sempre se alega que a ditadura não deu espaço para tanto. Mas o que se poderia dizer é que isso não foi tentado, cada qual se acomodou como foi possível à falta de liberdade e praticamente o protesto foi um protesto subjetivo, cada qual procurando manter a sua dignidade pessoal, a sua dignidade de trabalho e tentando eliminar as áreas de atrito mais violentas, que seriam as propriamente políticas. Então o paralelo que se poderia fazer era o de ver como a Universidade hoje teria que se relacionar com a sociedade. Vejo que há um termo que vem depois mas ele se coloca aqui também. Em 1964 aquela grande eclosão vinha de um longo processo

anterior, houve uma acumulação de insatisfações, de frustrações — a Universidade de São Paulo era a melhor universidade brasileira mas nem por isso ela deixava de ter problemas graves, deficiências graves e, principalmente ela não correspondia às necessidades especificamente brasileiras na área da educação superior. Por isso estudantes e professores de vanguarda, de espírito mais crítico, mais politizados, eram altamente favoráveis a uma mudança substantiva. O que se colocava em questão, portanto, era uma insatisfação que podia ser satisfeita através e por dentro da Universidade. Hoje a ditadura contribuiu para criar uma situação totalmente diferente. De um lado, ela isolou a Universidade da sociedade, ela fez com que a fermentação intelectual ficasse crepitando sozinha, como se ali estivesse um pequeno inferninho, que não interessasse a mais ninguém. De outro lado, a ditadura fez com que na própria sociedade se desencadeasse um movimento de transformação econômica que levou o movimento operário e o regime de classes a transformações profundas. Quer dizer que a partir da sociedade, hoje nós nos defrontamos com uma exigência muito maior a nível político, que se revela, se se tomam essas últimas manifestações contra a ditadura pela eleição direta. É possível avaliar qual é o grau de insatisfação, de frustração que afeta a sociedade toda — a Universidade hoje precisa se colocar não mais como uma Universidade que procura a sua mudança, mas como uma Universidade que precisa atender a uma idade mais madura da sociedade. No passado a insatisfação, os grandes ideais, vinham de convicções socialistas, de posições intelectuais e filosóficas, quer dizer de tentativas de transpor para o Brasil certas mudanças ou processos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos. Hoje a exigência é outra. Hoje há todo um dilema político na sociedade brasileira ao qual a Universidade tem que responder. E para isso é preciso redefinir os tempos históricos da Universidade, quer dizer ela precisa sair de si mesma, sair de sua pele, procurar ser uma Universidade do fim do século XX, do início do século XXI, em termos por exemplo de reivindicações que estão sendo colocadas pelas massas trabalhadores. Quando se falava na Universidade crítica, da idéia de uma Universidade crítica ou de uma Universidade multi-funcional (ou qualquer

outra expressão que se usasse), havia sempre o ideal implícito, não é?, que entrava em conflito com a ordem existente. Hoje esta ordem se apresenta altamente contraditória e se vê questionada por fortes movimentos sociais. A Universidade hoje tem que partir daqui, ela não pode mais partir de 64, pois ela não pode mais engatar o seu presente ao seu passado, ela tem que responder aos novos dilemas, ela tem de ser brasileira nesse sentido, sair de sua pele para dizer o que ela é nos tempos em que nós estamos vivendo, fugir a certos ideais que tiveram muita importância no passado e também na minha geração. A nossa preocupação principal era criar uma ciência positiva, objetiva, crítica, capaz de explicar a sociedade brasileira ou de acumular conhecimento original, de ter áreas autônomas de desenvolvimento intelectual, de transpor para o Brasil um sistema de produção intelectual diferenciado, etc.

Hoje tudo isso aí já faz parte de um acervo comum, isso não pode mais dinamizar aspirações, angústias, não pode ser o grosso das preocupações. A Universidade hoje volta aparentemente ao seu passado porque na década de 60 o problema era o problema da revolução. Só que a revolução foi colocada dentro da Universidade (eu lembro que na época eu dizia que “revolução não se faz aqui dentro, revolução se faz lá fora, é preciso sair daqui”) Hoje é a sociedade brasileira que está dizendo “a revolução está se fazendo aqui” a Universidade tem que ir para fora, ela tem de procurar realizar as suas tarefas maiores em termos da consciência da situação histórica que nós estamos vivendo.

- L. e L. — Em que esse movimento de renovação da Universidade, do final da década de 50 à década de 60, ameaçava tanto a sociedade que suscitou uma repressão tão espalhada e tão aprofundada?
- F F — A resposta é simples. A reação que houve contra a Universidade não dependia dos conteúdos do discurso ou dos discursos, da profundidade das reformas e transformações que se pretendiam instaurar dentro da Universidade. A sociedade brasileira estava vivendo um momento de transformação e as elites, os estratos dominantes das classes possuidoras, estavam se sentindo ameaçadas em sua posição privilegiada, em seu monopólio de poder. O próprio critério de composição das

elites culturais estava sendo posto em jogo, portanto arrolhar a Universidade tinha o mesmo sentido que arrolhar o sindicato, que calar o operário. A contra-revolução, o golpe de Estado vinha na crista de uma contra-revolução, de uma guerra civil latente — tinha por objetivo político introduzir um sistema repressivo, que iria anular tudo. Este é o diagnóstico que se pode fazer (eu até já escrevi sobre isso em trabalhos que estão publicados): as camadas conservadoras agrediram a Universidade exatamente porque a Universidade não correspondia às expectativas elitistas e reacionárias dessas camadas. Quer dizer que nunca se esperou que isso fosse acontecer, o processo não era um processo que viesse só de São Paulo, ele vinha de uma conjugação de todas as forças sociais conservantistas e reacionárias, que puderam se mobilizar politicamente em torno de um golpe de Estado. Portanto, a mensagem da Universidade se tornou perigosa na medida em que ameaçava o monopólio de poder desses setores e na área intelectual isso era uma coisa decisiva. Nós temos uma longa tradição de que as divergências nas elites se soldam dentro das classes possuidoras. Pela primeira vez o movimento estudantil criou a possibilidade de que não haveria essa soldagem e professores radicais se puseram à frente do protesto intelectual. Então as classes possuidoras se sentiram amedrontadas. Elas não tinham um amadurecimento intelectual suficientemente profundo, em média, para observar esse impacto, e acharam melhor silenciar a Universidade: não podemos falar com ela, ela não faz o que nós queremos, então acabamos com o jogo por meio da violência. Isto pode parecer uma caricatura mas foi realmente o que aconteceu. Basta ver o seguinte: eu ainda era professor na cadeira de Sociologia I. O diretor da escola me chamou uma vez para dizer que haviam aparecido lá duas daquelas matronas que participaram do movimento com Deus pela Liberdade e pela Família. Ela se propunham a lecionar sociologia na Universidade. Isso mostra o grau de ignorância, de obscurantismo, como se houvesse uma desglacialização e a estupidez tomasse conta do país. O espírito iracundo tomou conta do *animus belli* dessas partes de sociedade e realmente a Universidade de São Paulo foi estigmatizada. Ela já vinha sofrendo um processo de estigma-

tização muito virulento; na área de ciências sociais, isso era visível, porque houve um momento em que nós tínhamos uma boa procura de estudantes para trabalhar em várias atividades de pesquisa em vários tipos de produção intelectual. Essa procura foi desaparecendo e no lugar da procura se estabeleceu uma rejeição sistemática, procurava-se saber: é da Universidade de São Paulo? da Faculdade de Filosofia? está eliminado, não importa saber se é um Einstein na antropologia ou na ciência política ou na sociologia, o que importa é que vem de lá, então está amaldiçoado. Essa reação foi muito rápida porque antes do golpe de Estado de 64 o processo de mumificação começou a se manifestar, quer dizer, o expurgo nos jornais, nas revistas, na televisão apareceu antes. A tentativa de isolar os chamados “radicais”, de criar um completo silêncio nas atividades intelectuais, começou também antes e é interessante isso porque permite um paralelo. Fazer uma conferência na Universidade de São Paulo, por exemplo, não era ficar falando para os estudantes e para os professores. Ia muita gente de fora para assistir, os jornais noticiavam, havia uma publicidade, havia também uma repercussão nas entrevistas, nos debates, etc. ., era *um acontecimento intelectual e político*. Hoje, já não é mais, em qualquer lugar em que se vá, conferências muito importantes ficam confinadas ao público universitário. Não falta audiência, porque há 800, 900, 1.000, 1.500 pessoas; eu tenho encontrado auditórios excelentes mas sempre auditórios fechados, compostos de estudantes, professores e nada mais que isso, só “gente da casa”!

L. e L. — Só o público interno?

F. F — É. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que houve um fechamento cultural do espaço, não é? e esse fechamento começa antes do golpe de Estado, e é claro que posteriormente ele se amplia. E ele mostra qual é o grau de importância que a reação atribuía às Universidades, porque, depois do operário, o elemento que era considerado mais explosivo era o jovem radical, era o estudante, e juntamente com ele o professor que era tido como responsável por essa radicalização. Então se procurava fechar, emparedar essas figuras e não dar a elas nenhuma possibilidade de usar os meios de co-

municação de massa. Isto é uma coisa que perdura até hoje. Com toda a liberação que está havendo, os jornais ainda mantêm uma reserva muito grande no noticiário vinculado às atividades universitárias e por sua vez a própria Universidade ainda não acordou para o fato de que ela deveria estar muito mais viva e muito mais ativa.

- I. e L — Pelo quadro que o sr. traça quase se poderia dizer que a década de 60 correspondeu ao fim de uma Universidade de ideais elitistas concebida à altura dos anos 30. Ou, pelo menos, é o desfecho de uma concepção de Universidade e a proposta de uma outra. Portanto, à semelhança do golpe de estado, a Universidade regrediu. Nos anos que sucederam o golpe de Estado, o golpe militar, a Universidade foi completamente esvaziada das suas funções. Aquilo que era uma ameaça foi tomado pelas elites possuidoras do país como um princípio de destruição da Universidade e o que me preocupa muito é que os quadros internos da Universidade parece que não perceberam o processo e deixaram que a Universidade se esvaziasse. Porque ela hoje me parece que não tem nenhuma função representativa ao lado do que foi a Universidade de São Paulo, que era a única importante no Estado de São Paulo à altura do ano de 1964 e é hoje uma entre várias que assumiram muitas das funções daquela. O deslocamento da Universidade pública para a Universidade particular, para Faculdade particular, para centro de ensino particular, fazia parte de um projeto de desmobilização da Universidade?
- F F — Isso é sabido que fazia, não é? O grande propósito do governo do Marechal Castelo Branco era implantar o modelo MEC-USAID. Esse modelo, que corresponde no essencial ao que deve ser formalmente a Universidade hoje, calcava-se em receitas norte-americanas, absorvidas de uma comissão mista e paritária de especialistas brasileiros e norte-americanos. Quer dizer, é a Universidade de uma colônia, a Universidade que a metrópole aconselha que exista na colônia! Foi muito grave que professores brasileiros tivessem aceitado esse diálogo e muito mais grave ainda que um governo militar adotasse como objetivo imitar o poder imperial. Esse é um processo de desnacionalização cultural específico, pe-

lo qual nós dançamos de acordo com a música que se toca no centro e os centros decidem o que nós devemos fazer, e nós fazemos. Agora, as classes burguesas, principalmente a certo nível dos empresários, dos militares, da burocracia, da tecnocracia estavam identificadas com esse objetivo. Criaram uma Universidade despolitizada, uma Universidade acrítica, uma Universidade técnica. Pensava-se que — por exemplo: há o economista de espírito crítico e há o economista que é um serviçal da burguesia — o que se queria era este economista, serviçal naturalmente da burguesia nacional e estrangeira. Para fins mais complexos se usavam os talentos maiores, daqui e de fora; assessoria exterior sempre foi abundante, em todos os níveis, não é? e no nível econômico foi muito intensa. Hoje nós acabamos enquadrados pelos modelos do F.M.I. Mas, antes de sermos enquadrados, nós já éramos coordenados e alinhados. Então é um processo de opção por uma situação de dependência extrema, feito voluntariamente; e, no campo da educação, com esse sentido explícito, concentrado, de emascular, de abater a radicalidade do pensamento, a independência do pensamento, de submeter o pensamento aos limites das classes dominantes, aos interesses do desenvolvimento capitalista alinhado, centro-periferia, não é? Agora, fora disso, as suas reflexões me fazem pensar em alguma coisa. Não é verdade — pelo menos eu não concordo com isso — quando se diz que a Universidade se empobreceu ou, vamos falar mais simplesmente, você diz que o que aconteceu com o Estado aconteceu com a Universidade, que a Universidade sofreu uma regressão, etc. Ela não sofreu uma regressão; ela sofreu uma fratura e em vários planos ela cresceu um pouco na área de ensino, um pouco na área da pesquisa, muito na área de produção intelectual. Como é característico de todas as ditaduras, os intelectuais procuram proteger a sua liberdade procurando temas que acarretem menor atrito, formas de trabalho que não acarretem visibilidade negativa para os agentes. Quer dizer, é um processo de acomodação política. Mas ele não impede que a produção cultural continue a crescer; a Universidade continuou a crescer, a própria Universidade de São Paulo, no que ela tinha de ruim e no que ela tinha de bom, ela também cresceu, não é? Agora, no que diz respeito ao elitismo: o

elitismo não vem propriamente da Universidade, ele é anterior, ele vem da escola superior isolada, a grande experiência brasileira, e isso é muito curioso. Não há na herança intelectual brasileira um esforço de criação de Universidades integradas, coisa que ocorreu na América Espanhola. No Brasil, nós poderíamos ter recebido uma Universidade diferenciada e integrada, dentro do modelo iluminista que Portugal chegou a absorver de uma maneira acidentada mas absorveu, não é? Mas nós não tivemos sorte aí. Realmente as necessidades da colônia e do Brasil independente eram tão limitadas que as escolas superiores isoladas permitiam satisfazer a essas necessidades, improvisando um corpo docente parcialmente educado no exterior, parcialmente vindo do exterior. De fato, na área militar, da engenharia, da medicina, do direito foi possível fomentar, através das faculdades, um mecanismo de formação de elite satisfatório para os estamentos possuidores e dominantes. Quer dizer que, quando surge a idéia de Universidade, a idéia de Universidade implica nesta escola superior isolada e a partir dela é que se faz a resistência contra uma Universidade autêntica, não é? Uma resistência que se mostra muito ativa na década de 20, impede a primeira tentativa de criação de uma Universidade no Distrito Federal (a qual alcança uma duração muito curta) e de outro lado deteriora a tentativa de implantação da Universidade de São Paulo, tornando muito difícil o aparecimento de uma autêntica Universidade. A Universidade foi nominal e meramente legal durante vários anos e ela passou a existir através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que é uma anomalia. Como não se podia forjar uma Universidade a partir das resistências das escolas superiores isoladas se agregou essas escolas e se criou uma Universidade em miniatura, que era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Então há essa monstruosidade, o setor dinâmico da Universidade é, em si mesmo, a maior escola superior que o Brasil já teve, a mais diferenciada e ao mesmo tempo ponto de atrito, de confronto com o modelo de Universidade obsoleto, que vinha dessa junção de escola superiores com uma tentativa de criar uma Universidade diferenciada. Portanto, a nossa situação é muito complexa, porque é preciso que se veja que na década de 20 nos países de tradição ibérica já se está

questionando a Universidade, pois essa é a década da “reforma universitária”, não é? Onde a reforma universitária surge tardiamente, ela surge na década de 30. Mas o movimento da reforma se desencadeia na Argentina e em outros países na década de 20, especialmente Peru e México. E nós no Brasil vamos tentar a reforma universitária na década de 50, como movimento interno, dos professores. Isto é, de alguns professores da Universidade de São Paulo, principalmente da Faculdade de Filosofia que, naturalmente, eram impotentes para levar o projeto avante no conflito; mas esse grupo aí não conseguiu nada. Nas crises da Universidade nós estávamos pescando uma transformação global, que não conseguimos. E daí, na década de 60, já no início, no primeiro grande Congresso que a U.N.E. organiza na Bahia, em Salvador, nós nos unimos com os estudantes procurando o apoio deles, engendrando-se assim, num movimento social de reforma muito mais amplo. Por sua vez, esse movimento esbarrou na resistência das elites das classes dominantes, que são conservantistas. Eu cheguei a usar o conceito de resistência sociopática à mudança: o medo de perder poder, de perder monopólio de poder é tão grande que não se tolera uma transformação cujas conseqüências não podem ser controladas a partir de cima. Quando é perceptível que se pode controlar a partir de cima está tudo bem, mas se não se pode, criam-se os mecanismos para controlar a partir de cima. Vejam bem a Lei de Diretrizes e Bases. Ela acabou permitindo a criação de vários organismos estaduais e nacionais que transferem das unidades básicas para organismos criados na cúpula o controle real das atividades essenciais e das grandes decisões. Esse é uma vezo que vem do período colonial. As coisas se decidiram na metrópole, as coisas se decidem na cúpula do governo, ou então entre os delegados dessa cúpula. E mesmo quando nós travamos o grande movimento de defesa da escola pública, nós vimos no Congresso Nacional que a maioria dos deputados e senadores eram altamente identificados com esse espírito conservantista e reacionário, que temia a perda do controle efetivo dos processos educacionais por parte dessas elites. Elas se viram ameaçadas desde a década de 20. Há a ameaça de perder o controle sobre a formação e as funções das elites, e essa situação se agrava progressivamente. E é

curioso que, depois que se instaura a ditadura, depois do golpe de Estado, as Universidades deram a maior prova de sua coragem cívica, porque o movimento pelas reformas de base e do próprio movimento universitário como uma das variantes de reforma de base atinge a sua plenitude em 67/68, ou seja, como uma tentativa de desafiar a ditadura e de conquistar a democracia pela ação direta, não é? Só que essa ação foi confinada, houve uma confusão no entendimento dos fatos porque se aceitou proibições que a ditadura estabelecia: não se pode aliar com os operários; não se pode aliar com os líderes sindicais; não se pode aliar com os líderes políticos. O processo ficou por assim dizer fechado dentro dos muros da Universidade. Quando há manifestação pública, ela ocorre a nível político não é? A transformação de toda instituição, qualquer que ela seja, é sempre política (não sei se vocês leram a introdução que escrevi para a segunda edição de *Mudanças Sociais no Brasil*: uma das grandes escamoteações na sociologia foi a discussão do problema da mudança. A mudança é sempre política, principalmente em sociedades diferenciadas, nas sociedades de classes. São grupos, estratos sociais em atrito, em conflito, e tanto a mudança como o controle da mudança são fenômenos políticos por excelência; daí o fato de qualquer mudança alertar o grupos mais conservadores e reacionários da sociedade, daí a evolução natural deles no sentido de esmagar e impedir que esses processos ganhem corpo e daí o fato de que o movimento da reforma universitária acabou sendo o mais importante movimento que se realizou contra a ditadura e apesar da ditadura). Por isso, o estudante e o professor radical acabam tão marcados como adversários que deviam ser esmagados sem contemplação, a ponto de não haver mais resistência. Se, com relação aos sindicatos e aos operários, as medidas foram ultra-repressivas e fecharam o espaço, já havia uma legislação permitindo isso, a qual vinha do Estado Novo. No caso dos universitários foi preciso instaurar dentro das Universidades organismos especiais de repressão policial-militar; não se fez isso nas empresas privadas, não foi necessário. Por que? Porque o poder público e o poder privado não se sentiram ameaçados até esse ponto, não é? Instaurar dentro de uma Universidade uma Comissão de Inquérito Policial-Militar e depois estabe-

cer dentro das Universidades uma autoridade militar que ia centralizar as decisões e filtrá-las, isto é um extremo no regime de opressão e no desencadeamento da repressão. É uma repressão especificamente policial-militar. Daí o fato da Universidade ter vergado. Ela tinha de vergar e o fato dela ter vergado e não ter-se quebrado é uma vitória, é alguma coisa que precisa ser vista numa perspectiva adequada. Não devemos ser derrotistas e imaginar a situação do ângulo dos nossos inimigos, dos nossos adversários. Eles não conseguiram passar por cima de nós. Nos esfaleceram, nos jogaram cada um para um lado, isolaram um dos outros mas não lograram talar a Universidade, reduzi-la a zero. Eu acho isso muito importante — e não só na Universidade de São Paulo, não conseguiram em nenhuma Universidade pública no Brasil, vejam bem, em Brasília, agora, de onde vem a resistência? Onde o general da emergência é obrigado a lançar bombas de gás e ferir crianças e etc.? Na Universidade. É a Universidade que ainda revela espírito de luta e que não é só do estudante. O estudante saiu dessa crise mais desorganizado ainda que os professores, um assunto que a gente pode discutir depois.

- L. e L — Passada essa maré baixa, o sr acha que a Universidade pode recuperar a sua importância e o seu traço de decisão, anteriores a 64?
- F F — Eu tenho a impressão que a questão não é essa de recuperar, eu tenho a impressão que é de criar algo novo. Nós não estamos mais em 64. Uma coisa dramática para a ditadura é que ela tentou bloquear a história, congelar a história e a história continuou. A Universidade foi despojada de meios de ação mas ao mesmo tempo a sociedade se transformou em profundidade e o que acontece é que hoje a sociedade exige uma Universidade nova. O interessante é que nesse ínterim se acumulou talento, os estudantes continuaram a frequentar as escolas, a aprendizagem continuou, a pesquisa continuou. Isso quer dizer que a Universidade preencheu, em escalas de mínimos como diria Antonio Candido, as suas funções essenciais. Mas, preenchendo essas funções essenciais, ela forneceu a carne e o osso para um novo processo cultural e seria terrível se nós agora quiséssemos definir tudo voltando à década

de 60. Nós temos que nos voltar para a situação atual, para o clamor que vem dessa situação atual. Tenho a impressão que esse é o processo que se delinea, de romper amarras. A ditadura ajudou muito. Ela não conquistou espaço para as camadas conservadoras e reacionárias e por sua vez criou uma situação que, por si mesma, por sua dinâmica interna, exige um salto histórico. É o que se poderia ilustrar com o movimento cívico que jogou milhões de pessoas na rua. É a mesma coisa que desinterditou o processo político. Nunca no Brasil nós pusemos 1 milhão e meio de pessoas numa praça pública. Agora nós temos 1 milhão e meio de pessoas num comício. O que isso representa? Um salto qualitativo. Esse salto qualitativo aconteceu em toda a sociedade. Não é uma visão otimista e rastaquera, não! É uma realidade que se configura em termos de um novo contexto, de novas exigências. E a Universidade, mantendo continuidades que são inevitáveis, tem de se lançar nessa direção. Ela não precisa de recuperar nada; ela tem de crescer diferenciando-se e avançando em direção de desafios que ela nunca atendeu porque antes a sociedade não pediu isso da Universidade. Há uma certa tendência a discutir a função reitora da Universidade (na linguagem de especialistas, que discriminam as funções da Universidade, uma das funções seria a função reitora, eu não gosto da palavra reitora, dá a impressão que a Universidade quer “cagar regras”, ela quer acomodar o processo de desenvolvimento intelectual, guiar a sociedade). Mas se entendemos o conceito de função reitora no sentido de produção de um conhecimento que permita a percepção da realidade e através da percepção da realidade o comando das transformações pelo conhecimento — quer dizer, a função da Universidade é só a de produzir a percepção, o conhecimento objetivo — então aí nós constatamos que a Universidade não vai dirigir, *ela vai servir ao processo novo*. Hoje quem vai dirigir seria uma grande massa de pessoas e, na maioria, pessoas humildes, de origens modestas, trabalhadores. A Universidade poderá exercer, assim a sua função reitora na maior plenitude desprendendo-se das elites, servindo à sociedade no sentido literal e, com isso, se reconstituindo.

L. e L. — Não será tendência de toda Universidade a de se desenvolver intra-muros, e em termos de ciências huma-

nas não haverá uma tendência universitária geral em cultivar um discurso próprio que acaba por não ter o retorno efetivo que deveria ter para a sociedade? A partir daí eu perguntaria ao sr.: que tipo de ação pode ter o discurso universitário das ciências humanas?

F F — Sabe que eu não vejo tanto em termos de discurso, eu vejo em termos de produção de conhecimento. Eu acho que a Universidade sempre terá que produzir conhecimento. Hoje nós estamos muito envolvidos na luta contra a ditadura e há uma saliência política por assim dizer extrema, estamos politizados em tudo que nós pensamos, em tudo que nós fazemos. Estamos explodindo! É a situação geral do povo no país. De outro lado, o mundo atual está dividido por um conflito mortal entre capitalismo e socialismo. É bobagem pensar que a Universidade está alheia a esse conflito. É esse conflito que passa por dentro da Universidade e elimina dentro dela, de uma maneira concreta, a liberdade intelectual. Não é só no Brasil, não, é na Europa, é nos Estados Unidos. Em um plano abstrato o intelectual tem total liberdade. No plano da ação, essa liberdade já é restrita, depende das conseqüências que a ação venha a ter e em conseqüência há um encarceramento das ciências sociais. Elas acabam sendo confinadas à condição de técnicas, técnicas que envolvem profissionalização. O exemplo mais notável é o dos Estados Unidos. A neutralidade do conhecimento não decorre da essência do conhecimento científico. Ela decorre da necessidade de ter um controle sobre o problema social, sobre o crescimento da sociedade. O que se quer é a lealdade do investigador potencial ou do cientista social potencial, e, se não se conquista sua lealdade, prendê-lo, articulá-lo à ordem existente. Ele tem de conceber a sua atividade na reprodução dessa ordem e se ele ultrapassa essa acomodação ele tende a ser segregado e pode também ser destruído.

L e L — O que estava me preocupando era o seguinte: essas análises, essas críticas, essa produção das ciências humanas passa necessariamente por um discurso. E então como fazer com que esse discurso tome uma forma que atinja aquele ponto da sociedade onde pode ser ativo? Porque por trás da minha pergunta, como o sr. pode estar imaginando, existe uma preocupação que é de

todo nós. Que é a de ver, principalmente depois do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, a tendência a um discurso que tem como referente a sociedade como um todo, mas tomando ele próprio uma forma tão fechada nele mesmo — de colega para colega, de especialista para especialista — que de repente fica uma coisa surrealista: é um tipo de discurso que pretende falar do real mas que não tem escuta naquele real de que ele fala, uma questão de linguagem.

- F F — Pois é, agora, aí é preciso considerar várias coisas. Eu estive no centro da tentativa de criação de um grupo de pesquisadores que se envolviam com o conhecimento da sociedade brasileira e com a produção de um conhecimento que podia ser divulgado a nível, vamos dizer, de exigências intelectuais médias.
- L. e L. — Se o sr. me permite, até o seu modo de responder mostra isso, e não é tão comum nos universitários falar com absoluta precisão em termos que funcionem tanto para a escuta de um cientista social como para um público que não tenha acesso a uma linguagem especializada.
- F F — Pois é, mas eu próprio me vi, por exemplo, na contingência de fazer uma tese que correspondia ao padrão francês de tese. Refiro-me a *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, uma tese que “para em pé”, põe ela aqui ela fica de pé, não é?, escrita numa linguagem exigente, e tenho trabalhos que são herméticos, pois foram escritos para grupos de especialistas. No entanto, eu acho que a questão não é só essa, não é?, do nível de comunicação, da sensibilidade do discurso. A questão é mais profunda. Eu tenho vários trabalhos que são acessíveis e, quando falo em público, sempre uso uma linguagem inteligível, clara; as pessoas me dizem: “Puxa, se você escrevesse assim seria muito bom!” É que nem sempre escrevo para um público do tipo do auditório que me ouve. E por economia de palavras às vezes é importante racionalizar e sintetizar a linguagem. A (. .) entende bem, porque ela era especialista em fazer provas excelentes com 4 páginas, 6 páginas; os colegas usavam 16 ou 20 e ela em 4 ou 6 fazia um trabalho excelente. O uso de uma terminologia especializada pode ser um meio de economia na comunicação. Para mim, o problema central está

na própria qualidade da pesquisa, na própria concepção da relação da instituição com a sociedade, da ciência com a sociedade. O que tem havido de grave no Brasil é o controle conservador do conhecimento e da Universidade. A Universidade é uma instituição nova, mas as escolas que constituem essa Universidade são velhas. Quem controla, por exemplo, o Direito, quem controla o conhecimento na área da Medicina, quais foram os piores inimigos que a Universidade teve dentro dela? A Universidade se dividiu porque dentro dela havia os representantes da reação e da contra-revolução, que fazem parte do corpo docente; eles são profissionais liberais e os mais conservadores. Basta lembrar que na congregação da Faculdade de Medicina se exigiu a punição dos professores que estavam arrolados naquela listagem dos professores que deveriam ser punidos, não é? O governo do Ademar de Barros não quis mexer naquilo; a congregação exigiu que os professores fossem punidos. Isso retrata tragicamente a distância que existe entre o cientista, o profissional liberal e o profissional liberal de espírito conservador, que combate a ciência que busca ser útil à sociedade. No caso brasileiro a coisa grave não passa pela especialização; a especialização é necessária, ninguém vai combater a especialização, nem uma terminologia precisa porque o uso de uma terminologia precisa é um requisito do conhecimento científico. Porém isso não significa que o conhecimento deva ser esotérico. A questão está no calibre do conhecimento. Em primeiro lugar, com referência a um conhecimento imitado, reproduzido do exterior (o que fizemos amplamente na área da tecnologia, na área da ciência), não nos interessa desenvolver no Brasil todos os campos das ciências sociais nem vários tipos de pesquisas que são típicos de países avançados e que às vezes elaboram mais certas áreas como parte dos controles sociais estabelecidos naquela sociedade. Por exemplo, nos Estados Unidos é muito importante que certos grupos tenham controle de quem vai ser o presidente. É preciso decidir quais são as características do presidente, pela pesquisa. É como se fosse uma mercadoria, uma pasta de dente. Você descobre qual é a personalidade do presidente que a massa deseja (isso se fez com relação a Kennedy; no Canadá, com relação ao Trudeau), o *ersatz* que precisava ser jogado no merca-

do, e em seguida lançado e vendido com êxito no “mercado político” Há muitas coisas mais graves, que dizem respeito ao controle sub-liminar e ao uso da ciência como técnica social de controle. Nós temos de romper essa condição colonial. A partir de fora se decide o que nós devemos pensar, o que nós devemos fazer, em toda e qualquer área do conhecimento. Eu não defendo uma postura anti-intelectual, que não se leia este ou aquele autor. O que eu acho errado é a *postura colonial* que grassa na direita, no centro e na esquerda. É algo tão visceral que em todas as posições nós encontramos a mesma realidade. Quanto à esquerda é fácil apontar os parâmetros externos. Basta olhar ali naquela estante, atrás de vocês, lá estão Lukács, Althusser, Sartre, Goldmann, Gramsci, Lefort, Castoriades, Benjamin! Em pouco mais de duas décadas os nossos “esquerdistas” adoraram vários deuses e rezaram diante de vários altares, percorrendo todos os cultos consagrados pela esquerda dos países centrais. Até os anti-filósofos, ao aparecerem na Europa e nos Estados Unidos, encontraram uma voga de crédito! Aí se revela o “colonizado ingênuo”, satisfeito com sua selvageria. Acho isso algo indigno do pensamento crítico e da condição universitária. É preciso autonomizar e autonomizar significa criar as premissas da produção cultural autonôma, do conhecimento original. Esse era o centro da minha posição de debate no fim da década de 50, no decorrer da década de 60, e continua a ser hoje. Só que hoje eu tenho a dar exemplo da destruição que foi feita, da devastação que se produziu na Universidade brasileira com o controle externo. Os nossos grandes programas de mestrado, de doutorado e de qualificação intelectual passam por financiamento externo, por controles pessoais e impessoais de programas de Universidades estrangeiras. Não há nenhuma tentativa séria de estabelecer limites ou de pôr um paradeiro a esse descabro. A colonização cultural é desejada, pois todos aspiram, um pouco mais ou um pouco menos, aos méritos de possuir um “padrão internacional”! Ora, essa colonização cultural é intrinsecamente má, porque ela não prevê as condições e as necessidades reais do país, porque ela pressupõe a devastação de recursos materiais e humanos limitados e porque ela é o avesso da revolução cultural que nos cabe fomentar. É sabido que sempre resisti a esse des-

caminho. Durante o período em que fui professor, nunca deixei que nenhum candidato a doutorado saísse daqui antes de concluir todo o processo de doutoramento. Nós temos condições de cumprir tal programa. Quando a pessoa já está se qualificando para a livre-docência, ela conta com suficiente maturidade para enfrentar qualquer lavagem de cérebro, seja ela capitalista, neo-capitalista, socialista ou seja lá o que for, não é? É algo rígido e duro. Mas, aí é preciso ser rígido e duro. Nós temos de estabelecer uma defesa de recursos escassos e que custam muito caro para a Nação. Uma nação de 40 milhões de pessoas em pobreza absoluta, não se pode dar ao luxo de ter uma Universidade imitativa e um conhecimento de reprodução não é? Isso aí é básico, e muito grave hoje, porque as proporções do controle externo (o chamado controle à distância, um conceito que os antropólogos usaram abundantemente na década de 60), se ampliaram e se aprofundaram em todas as direções, exigindo que se elimine esse controle a distância. Aí está o segredo da posição que eu tomei, de procurar nos clássicos um diálogo com os modernos. Por aí, inclusive, era possível selecionar esses modernos, pô-los de quarentena e por sua vez ver quais são os problemas que são essenciais para nós. Por duas vezes dois estudantes meus tiveram a oportunidade de ir aos Estados Unidos antes de terminar o programa de mestrado. Eu não tive controle sobre o que eles fizeram. Um deles tinha uma pesquisa totalmente pronta, uma pesquisa muito importante sobre o homossexual. Nos Estados Unidos foi imediatamente induzido a fazer um trabalho diametralmente oposto. Outro candidato meu, já com uma monografia muito avançada sobre uma empresa industrial, foi aos Estados Unidos, também foi desenvolver um programa de mestrado. Viu-se deslocado para o estudo dos “ejidos” em uma região do México. Os centros imperiais têm um núcleo, uma dinâmica própria e não se voltam para as nossas necessidades de conhecimento — eles se voltam para a necessidade da sua dominação cultural, do seu profissionalismo e de sua concepção de “cosmopolitismo” na ciência. É-nos imperioso escapar a essa dominação cultural. Isso, no campo da ciência, significa produzir conhecimento autônomo e essencial. Quais são os conhecimentos básicos para nós, o que nós temos

que saber? Nós vivemos nas condições especiais de um povo subdesenvolvido, subnutrido, de capitalismo dependente, que enfrenta as maiores dificuldades em termos de descolonização, de revolução nacional, de revolução democrática. É preciso usar a ciência em termos exigentes, para produzir um conhecimento de alto nível, de alta qualificação naquelas áreas que são vitais para nós; as outras, que sejam cultivadas nos “centros avançados de investigação” Nós podemos tomar conhecimento de tudo isso, não é? podemos colaborar com qualquer desses centros de investigação, mas mantendo a nossa autonomia. Agora, no caso da comunicação, quer dizer, da relação com o leigo, aí é importante que a Universidade pública, pelo menos, não esteja submetida à supremacia da classe dominante. É preciso que ela tenha por sua vez uma autonomia tal que pelo menos nessas Universidades não prevaleça o espírito técnico e a pesquisa que só interesse à classe dominante. Um sociólogo norte-americano, que gosto de citar, Loren Baritz, escreveu um livro sobre os sociólogos a que chamou *Os Servos do Poder*. As classes possuidoras brasileiras e seus estratos dominantes possuem meios automáticos e diretos de utilização do conhecimento, de apropriação da produção cultural que se faz em todas as áreas de pesquisa, inclusive podem criar centros avançados de investigação, dispõem de muitos recursos para isso. Elas não precisam parasitar a Faculdade de Filosofia ou a Universidade pública para obter esses resultados. Assim se coloca o problema de como tornar o conhecimento acessível àquelas camadas sociais que não têm acesso ao conhecimento desse saber. Como divulgar esse conhecimento? Todas as Universidades brasileiras registram no seu regulamento uma função suplementar na comunicação com o público externo, na forma de cursos, serviços à comunidade, etc. Mas isso não se realiza. Na verdade esse é um ponto morto e o único serviço à comunidade que se realiza é o formar especialistas potenciais para serem utilizados pelo capital. Ao trabalho e aos trabalhadores não se destina nada. Existem algumas instituições de pesquisa (como o DIEESE) que os sindicatos criaram aqui em São Paulo, que enfrentam grandes dificuldades e não são beneficiadas por uma colaboração mais estreita com a Universidade. Por aí surge o que você falou sobre a

necessidade de não produzir um conhecimento extremamente fechado. O intelectual se vê como umbigo do mundo, usa uma linguagem hermética e transforma a produção intelectual em uma espécie de jogo de prestígio e de poder ou na busca de sua auto-realização e auto-satisfação. Essa é uma deformação que, afinal, poderia ser descrita ao velho estilo como “chinesice”. Mas nem os mandarins foram assim. Os mandarins preenchiam funções práticas na sociedade chinesa estamental, não é? Penso que no caso brasileiro a única instituição — entre as instituições-chaves da sociedade — que deu um giro sobre si mesma foi a Igreja Católica, através da teologia da libertação e do movimento comunitário e reformista. A Universidade não deu um giro sobre si mesma; as escolas primárias e secundárias, nas periferias, nos bairros pobres, idem. Configurou-se uma tímida tentativa de um semi-giro. Mas ele não se completou por falta de uma filosofia de ação adequada, não é? De uma perspectiva que não é nem socialista nem liberal, uma perspectiva pedagógica, a escola é um recurso do meio, a ciência é um recurso do meio. Porém, no Brasil, nunca nem a Universidade, nem a escola primária, nem a escola secundária se definiram com o recurso do meio e tão pouco se definiram como meios para mobilizar recursos do meio. Isso é curioso. Naquela estante vocês vêem um livro de Elsie Ripley Clapp, uma discípula de Dewey, *Use of Resources in Education*. Ela mostra como é fácil colocar o sistema escolar a serviço de fins essenciais à comunidade. Nós nunca fizemos isso, e o que é grave, é que o intelectual não percebe que já chegamos ao fundo do poço. Vejam bem, nas teses de mestrado e doutorado existe uma área de produção de trabalho de alta qualidade; neste último 20 anos se produziram excelentes teses de mestrado e de doutorado em todas as partes do Brasil. É claro que esta produção de alta qualidade é relativamente pequena: ela chega a ser 15%, 20%, na melhor das universidades 30% da massa da produção. Contudo, o que há de grave é a formalização, a padronização; quem vê uma tese vê todas. Não há vinculação entre o trabalho que está sendo feito e outros trabalhos anteriores, em andamento ou em projeto. Não há uma tentativa de partir de resultados obtidos anteriormente por outros investigadores, ou de alimentar in-

vestigações posteriores. Esses trabalhos lembram a crítica que Karl Mannheim endereçou à sociologia norte-americana em 1932, uma crítica na qual eu insistia ainda na década de 50. O crescimento quantitativo, em extensão, nada tem a ver com a substância do pensamento científico. Qual é o sentido de uma acumulação maciça de monografias que perde de vista o crescimento da teoria, a intervenção racional sobre os problemas humanos e a democratização do pensamento, dos controles sociais e da sociedade? Toda vez que tal coisa sucede, é claro que a ciência perdeu o controle sobre o seu processo de crescimento. Esse processo de crescimento desprende-se da ciência e passa a gravitar em torno de uma imensa burocracia, pois é interessante para certos objetivos utilitários dos agentes (para o sujeito obter um grau; para um professor ter um “programa de pesquisas”; para atrair verbas, prestígio, etc) Agora, o que representam para a coletividade esses desdobramentos do novo mandarinato? O que aqueles trabalhos representam em si mesmos? Eles trazem alguma contribuição original? Trata-se de um conhecimento feito em vôo cego, não é? Cada pesquisador repete todo os processos dentro de um mundo fechado. Isso é muito mau porque se investem recursos humanos, recursos materiais e há uma imensa produção e ela está divorciada de qualquer espécie de controle sobre os resultados, de um lado em termos da própria ciência e de outro lado em termos da sociedade. A sociedade não tira vantagem nenhuma daquilo: as vantagens são monopolizadas pelas pessoas envolvidas (o que não impede que a ciência floresça aí, nesse meio; quer dizer, sobre 100 existe 25%, 30% que escapam a essa norma, mas como exceções que confirmam a regra) O pior é que os trabalhos são formalmente aceitáveis e podem passar pelo crivo da aprovação, embora quase todos pressuponham uma quebra do padrão de conhecimento científico. Porque não se está tentando chegar a resultados teóricos que possam ser evidenciados e, principalmente, não se privilegia aquele conhecimento que seja estrategicamente relevante para a sociedade. Não acredito que nós precisemos levar a neurose a tal ponto que todos devam estudar operários, todos devam estudar gente pobre, todos devam estudar problemas sociais, não! É claro que deve haver uma ampla diferenciação.

O investigador deve tentar explorar o seu talento e capacidade inventiva nas coisas que ele tem condições de fazer melhor. O conceito de vocação apresenta, aqui toda a sua legitimidade; mas é preciso conciliar vocação com necessidade e, de outro lado, vocação com comunicação com o grande público e com a massa popular. O que se faz na Universidade, se não tiver significado para os processos de mudança da sociedade brasileira, é coisa morta. Nós temos de estabelecer controles essenciais sobre o nosso meio e, de outro lado, é preciso vincular em vários níveis a atividade desses grupos que produzem trabalhos originais na Universidade à atividade de outros setores da sociedade. Na década de 50 e de 60, por exemplo, o contato da Universidade com o sindicato, com o partido divergente era muito íntimo. Basta dizer, por exemplo, que realizamos na 'campanha de defesa da escola pública' a "I Convenção Operária de Defesa da Escola Pública" e ia haver a segunda. O empreendimento foi organizado em colaboração com sindicalistas e o auditório era composto de operários mesmo. Ela não era a primeira convenção operária de nome e a discussão foi de tal porte que o professor Laerte Ramos de Carvalho, que estava na mesa comigo, entre outros, me disse: "Florestan, essa gente discute a educação como se fosse feijão e pão" Era realmente isso. A voracidade do povo por cultura, que é ignorada, compele os trabalhadores a valorizarem a solidariedade intelectual ativa. Outro exemplo: vocês podem folhear as ilustrações de *A Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Motta. É fácil encontrar a fotografia na qual eu e Caio Prado Júnior aparecemos de pé, atrás dos dirigentes da mesa do II Congresso dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (1960). Nós eramos assessores e me coube redigir um "Balanço da situação atual do ensino primário, médio e superior", trabalho de 65 ps., que abre o livro *Educação e Sociedade no Brasil*. A exposição das conclusões indica qual deve ser a colaboração do intelectual a um congresso de operários e sindicalistas. Aí não se trata de um "discurso" mas de servir à construção de uma consciência operária informada, crítica e exigente. O que se propaga não é o "discurso" mas um modo de ser, é um estilo de pensar, é uma maneira de opor-se, é alguma coisa que comanda o discurso, que vai além do

discurso, não é? E é isso que precisa ser posto em questão. Quer dizer, na medida em que a Universidade se coloca no centro nevrálgico da vida pública do país ou se recolhe, ela ou quer ser uma *ancila* das classes poderosas ou ser um instrumento de renovação intelectual, cultural e política. A nossa função, a nossa concepção como setor divergente consiste exatamente em dinamizar a posição crítica militante. É claro que nos tornamos alvo do antagonismo dos outros setores, que preferem a suposta ética da “neutralidade científica”: o bom intelectual é aquele que realiza as suas atividades nos limites profissionais e depois se isenta. Essa é a ética da irresponsabilidade. É preciso lembrar aqui Max Weber, que é muito citado por ser tido como o maior paradigma do sociólogo liberal: ele dizia que não há campo para a neutralidade na ciência, porque isso seria irresponsável. O problema é de objetividade: o conhecimento precisa ser um conhecimento verificável, objetivo, que outros investigadores possam controlar. Neutralidade no sentido da indiferença, do cada um que faça o que achar melhor, isso já seria admitir que o intelectual vai além do mandarim, livre para desfrutar todos os benefícios sem precisar dizer à sociedade a que ele vem. Em suma, ele teria o privilégio de fazer parte de um jogo cujas regras ele próprio determinaria e que o excluiria da comunhão com os outros seres humanos responsáveis da mesma sociedade. Ai está uma concepção que, no passado, foi cultivada como um mecanismo de ostracismo ou de controle político do intelectual. De fato, nenhum intelectual pode presumir-se neutro e na verdade ele não é neutro (como a nossa justiça: ela não é neutra; ela se faz em termos de certos interesses bem marcados e quando ela foge a esse padrão enfrenta represálias, represálias dos poderosos, represálias do poder público, como no caso daquele promotor que foi assassinado, no triste caso da mandioca). Portanto, a suposta neutralidade não é *neutra*, pois ela envolve a utilização do intelectual nos piores fins e, em contraposição, temos de buscar um conhecimento que se possa traduzir em várias linguagens (porque nós podemos usar uma linguagem para comunicar o conhecimento, as descobertas, aos colegas, aos especialistas; outra linguagem para comunicar a um público intelectual orgânico; outra linguagem ainda para comu-

nicar a um público maior, que é totalmente leigo e que nem por isso está desinteressado daquele conhecimento e daquele saber). O conhecimento é uma forma de dominação cultural e é intrínseco à ciência que ela quebre o monopólio do conhecimento intelectual pelos poderosos; isto é uma coisa velha, não é recente. Daí a vinculação substantiva de ciência com revolução. Se a maioria dos economistas opta pela condição de servos de poder, de “sacerdotes da burguesia” existem os que remam contra a corrente, lutam pela verdadeira ciência e se aliam aos proletários em sua autoemancipação coletiva e na transformação revolucionária do mundo. Por aqui se revela a outra face da relação do saber com as estruturas de poder da sociedade e se configura porque, mesmo nas ciências sociais, os grandes pensadores científicos foram reprimidos, perseguidos e estigmatizados.

- L e L — Quanto a essa sua última observação a respeito dos vários níveis de linguagem: se várias pesquisas universitárias passassem por essa “prova de tradução” para uma linguagem de não-especialistas, mas de um público culto, digamos, e depois da sociedade brasileira em geral, elas não resistiriam à prova, o que mostraria a sua absoluta dispensabilidade.
- F F — Estou inteiramente de acordo, porque quando se coloca aquilo que é descoberto ao nível da linguagem de senso comum, aí você desmascara, desentranha a sua verdade e a sua mentira. E aí ou há um conhecimento positivo ou não há. Como Marx dizia, a veracidade do saber é determinada numa situação prática. Se um conhecimento não é comprovado por uma mudança, se ele não é capaz de alimentar uma determinada mudança, então ele não é verdadeiro, ele não passa pela prova prática e só pode ser defendido por critérios abstratos (os quais não são os critérios que determinam o teste, no caso da ciência). É óbvio que o conhecimento verdadeiro pode ser descrito e transmitido através de vários níveis de linguagem, porque a sua substância não se altera com isso. O que se altera é a forma de comunicar o conhecimento. Mas o conhecimento mesmo pode ser transmitido através da linguagem especializada com maior economia de palavras e maior precisão, através de uma linguagem acessível a um certo número de letrados, a um público orgânico, e pode ser exposto

através da linguagem do senso comum acessível a todos. Ele não perde o seu grau de verificabilidade e de verdade por causa da forma da comunicação. Ao contrário, na reformulação é que se pode controlar o seu caráter essencial, o que mostra que muita gente está envolvida não no conhecimento, não no processo de crescimento da ciência, mas na exploração das oportunidades de trabalho que a ciência lhes confere.

- L. e L. — O sr. tocou no problema do colonialismo cultural: a fundação da nossa Faculdade foi feita por professores europeus, que trouxeram o que naquele momento se fazia na Europa. Então, a partir de que ponto o sr. situaria a possibilidade, ou mesmo a necessidade, ou quase que o dever de se criar uma produção original brasileira?
- F. F. — Esta é uma pergunta difícil de responder, porque é claro que a implantação da Universidade de São Paulo é um fenômeno posterior à criação das escolas superiores isoladas. E é preciso ver que nessas escolas superiores, ou então acidentalmente em termos de pessoas, houve uma produção científica e grandes figuras que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Agora, na criação da Universidade de São Paulo a colaboração estrangeira aumentou, sofreu uma explosão (mais clara com referência à Faculdade de Filosofia) Quando se trouxe para São Paulo (ou para o Rio de Janeiro) uma certa massa de especialistas estrangeiros, o que se estava fazendo era estabelecer um dique, porque o padrão intelectual médio era tão baixo que não parecia possível alguma coisa com a chamada “prata da casa” Uma das lutas, um dos motivos da perseguição à Faculdade de Filosofia foi exatamente esse: porque se postergou a “prata da casa” Seria tão fácil ter recorrido a advogados, médicos, engenheiros, sacerdotes, etc., intelectuais, romancistas, críticos literários, não é? Eles poderiam suprir (é claro que poderiam) certas necessidades elementares. Mas dificilmente nós teríamos atingido a plenitude que se atingiu trazendo uma massa de especialistas em todos os campos do saber. O lado negativo desse processo não está na vinda dos professores, porque na verdade a iniciativa foi interna, eles foram importados por iniciativa nossa (ainda que uma iniciativa das elites, que pretendiam buscar um me-

canismo de renovação de seus quadros). Esse elemento é muito importante: as elites locais descobrem que estão inadaptadas, que elas não cumprem seus papéis políticos, culturais, dentro de uma densidade, de uma qualidade, que seriam necessárias para que elas mantivessem continuidade no controle do poder. Então elas avançam no sentido de implantar no Brasil meios de produção de seus próprios quadros, sabendo que esses quadros iam sair das classes dominantes ou das classes intermediárias e que, portanto, elas teriam condições de absorver cultural e politicamente as pessoas formadas. Alguma coisa como a que o Pareto designava como circulação das elites, renovação das elites. Elas se enganaram, não é? Não é o caso de discutir isso aqui, pois o assunto já é bem conhecido. O diagnóstico foi mal feito. O erro que se estabeleceu foi o de terem importado essa massa de professores e não se ter criado, ao mesmo tempo, as condições operativas para que eles produzissem um trabalho mais eficiente. Eles foram largados aqui em condições precárias de trabalho, não é? É a típica inovação liberal. Entre essas pessoas, das quais muitas estudaram na Europa, vingou a idéia de trazer uma massa de professores. Descobriram que em vez de mandar à Europa 20 ou 30 estudantes cada ano, seria melhor trazer para cá uma massa diferenciada de professores. Uma solução inteligente para um problema prático difícil, que permitiu multiplicar por 10, por 20 ou por 30 o nosso potencial de crescimento intelectual e, através dele, fazer a mesma coisa com o poder das elites econômicas e políticas (no que se equivocaram). Esse complexo processo não foi entendido e realizado como um processo de colonização. O brasileiro, por causa das condições artificiais da independência, chegou à convicção de que a descolonização se dera automática e completamente com a proclamação da independência. No entanto, a independência não envolveu descolonização a não ser no nível dos estamentos que controlavam o poder político. Nas outras áreas nós continuamos tão coloniais quanto antes. Até na organização da produção econômica continuamos coloniais. A escravidão persistiu e a sociedade manteve a mesma estrutura social que tinha no período colonial, com a continuidade da escravidão. Portanto, não houve descolonização automática e a descolonização foi se dando

lentamente, ao longo dos tempos. E ainda hoje a descolonização não foi até o fim, não foi até o fundo. Não tenho tempo, aqui, de discutir isso. Mas ficou faltando à nossa imaginação essa dimensão de definir certos processos em termos de relações coloniais e quando se passou a usar o conceito de dependência naturalmente isso se deu por motivos que refinavam a precisão da linguagem. Contudo, prevalece um certo mecanismo de mistificação do que é colonial e do que não é colonial. A colonização ficou oculta, enquanto que nos povos africanos e asiáticos contemporâneos a coisa foi inversa e a descolonização, quando se dá no contexto da Segunda Guerra Mundial ou pós Segunda Guerra Mundial, ela envolve um mundo de lutas que obrigam as sociedades nacionais a se voltarem para dentro de si mesmas, a tomar consciência das nações opressoras como e enquanto tais. Não se fortaleceu a tendência a avaliar a dominação cultural como algo antagônico e destrutivo no Brasil. Predomina uma orientação contrária. Como as elites econômicas, culturais e políticas retiram da colonização, descrita vagamente como *modernização*, proventos e conseqüências análogas aos dos polos hegemônicos externos, firmou-se a avaliação de que a dominação cultural sempre se processa em termos dos nossos interesses e em nossa vantagem (a tecnologia importada é uma tecnologia construtiva para nós: até os militares achavam que nós estávamos criando no Brasil a nação do futuro, enquanto, de fato, estamos criando a nação mais dependente que existe sob o capitalismo monopolista, apenas reconstruindo coisas que já ocorreram no passado com novas dimensões) A conquista da autonomia e da independência é um processo complicado, não vai ao caso discutir isso aqui e agora. Basta constatar que não houve uma consciência de colonialismo e de anticolonialismo entre os alunos dos professores franceses, alemães, italianos, portugueses, norte-americanos etc., na USP. Houve uma adaptação por assim dizer congenial. Muitos se definiram em termos de “tradição francesa”, outros, de “tradição alemã”, outros, ainda, de “tradição inglesa” etc.; até hoje, na área das Letras, vocês encaram a influência italiana como uma influência galvânica. Não houve, portanto, uma consciência global da geração colonizada em relação ao processo de colonização. Embora Paulo Emí-

lio tenha devotado reflexões incisivas ao tema. Mas houve uma *evolução natural* no sentido de perceber a distância cultural que havia entre o que os europeus trouxeram para cá e o que nós podíamos cultivar, não é? Costumo salientar o meu exemplo pessoal. Um estudante que fizera curso de madureza, que não sabia francês, que nunca havia estudado sistematicamente filosofia, via-se recebendo logo no primeiro ano um curso de dois semestres sobre Hegel dado em francês pelo Professor Jean Maugüé. As missões de professores estrangeiros viam-se privadas das condições necessárias de ensino e pesquisa, e o arranque tinha de nascer de nossa potencialidade para sofrer e ultrapassar essa experiência pedagógica traumática. Não nos voltamos nem contra o agente da transplantação cultural nem contra o enquadramento colonial de mentes e corações. Buscamos criar as condições possíveis, ao nosso alcance, e introduzir ritmos próprios ao nosso labor docente. Foi o que Antonio Candido fez com notável pertinácia e eu secundei-o com entusiasmo. Assim, a geração mais contaminada pela programação cultural colonizadora abriu novas saídas para as gerações subseqüentes e o gradual amadurecimento do ensino e da pesquisa universitários em nosso meio. Os estudantes foram retirados do campo de choque cultural e se estabeleceu uma gradação entre o ensino médio e o ensino superior (apesar das críticas que nos dirigiam, segundo as quais dávamos mamadeiras aos estudantes). O que estava em jogo não era uma acomodação simplificadora. Porém, uma transição que absorvia a colonização cultural espontânea e a negava, convertendo todo o processo em uma eclosão cultural *controlada a partir de dentro* e com *um eixo estrutural e dinâmico ativamente implantado nas necessidades culturais da sociedade brasileira*.

L. e L. — Aí também entra uma questão de dialética: o tipo de personalidade do Roger Bastide, por exemplo, permitiu que ele, vamos dizer assim, se descolonizasse através de seu trabalho no Brasil; isso não é muito comum, mas enfim.

F F — Mas eu acho que ele foi o único estrangeiro que passou por um processo de revolução psicológica.

- L. e L. — Como distinguir a função seminal que esses professores estrangeiros desempenharam, de um mero colonialismo cultural? Ao mesmo tempo, algumas coisas que o sr. disse poderiam ser entendidas como uma posição contrária à ciência que não seja brasileira, como naquele momento em que o sr. citou Lukács, Sartre, Althusser, etc., falando das modas intelectuais.
- F F — Bom, são duas perguntas. O que eu tenho a dizer, em relação aos professores europeus, é que nunca encontrei, *em nenhum deles*, a concepção missionária do colonialista. Quer dizer, seria errado se nós fossemos entender que eles se viam como agentes de uma colonização cultural; eles não se viam assim. Mas eles eram naturalmente portadores de uma forma de dominação cultural específica. Um professor como Jean Maugué, um professor crítico, um homem de idéias muito avançadas e de espírito criativo, o que havia de diferente é que ele não se desprendia da sociedade francesa e de sua civilização. Ele ensinava a matéria como se estivesse lecionando em Paris. E os europeus fizeram isso de uma maneira geral. Você ia assistir uma argüição de tese na Química, na Física ou na Biologia, por exemplo (para mudar do francês para o alemão), o que você via era uma pugna entre os catedráticos examinadores. Era uma luta entre os orientadores de tese. Os doutorandos eram meramente instrumentais para essa pugna. O deus, a entidade olímpica, eram os catedráticos; eles é que tinham o que dizer. Isso mostra que havia formas culturais específicas em presença, às quais nós fomos expostos. Os professores, em si mesmos, não se incavavam (pelo menos aparentemente) a idéia de uma missão colonial; mas, na verdade, eles acabavam preenchendo o papel de agente de difusão cultural em um país atrasado. Cabia a nós completar o ciclo e fazer a negação dessa situação, independentemente do fato dela ser ou não entendida explicitamente como uma relação colonial. De fato, ela não era percebida como uma relação colonial, pois professores estrangeiros e estudantes a concebiam como uma relação intelectual livre. De qualquer maneira, porém, o professor de uma missão de ensino em um país atrasado era um agente civilizador e nos cabia a tarefa de questionar essa missão civilizadora. O questionamento veio em termos de uma relação dialética de gerações: não foi no trabalho

de uma pessoa, foi em um trabalho coletivo, na tentativa de recriar e de transformar o que se recebeu, que se evidenciaram os novos caminhos que iriam amadurecer aqui. Em algumas áreas, isso ocorreu com maior inovação, em outras com menor. Tudo dependeu um pouco do acidente. Nessa coisa toda, do passado da Faculdade de Filosofia, da criação na Universidade, há muitos acidentes que eu não discuti. Hoje se vê tudo em termos de uma ação unificada, centralizada, contínua, o que escapa à verdade. Tudo foi muito acidental. Mesmo a minha carreira foi acidental. No conjunto das casualidades, uma das coisas essenciais foi a negação desse primeiro momento. Mesmo quando não havia consciência dessa negação, ela se estabelecia e nos desafiava. Porque havia a necessidade de ir além, de produzir um conhecimento que não vinha embutido na proposta original civilizadora dos antigos mestres. Não sei se eu estou sendo claro agora; isso esclarece, satisfaz você?

- L. e L. — Quando o Senhor disse que teria sido possível, em 1934, criar esta Universidade, esta Faculdade de Filosofia, com professores que fossem daqui mesmo, médicos, engenheiros, advogados, etc.
- F. F. — Havia percepção de que isso seria possível, mas teria sido desastroso se tivesse sido tentado.
- L. e L. — Mas vamos agora pensar aquilo que *não* foi. Nesse caso, o tipo de negação que viria a seguir.
- F. F. — Aí nem viria, porque a grande vantagem da influência dessas missões culturais é que elas puseram o Brasil na metade do século XX. E como puseram! Simultaneamente, em todos os campos do saber. Portanto nos colocou numa relação dialética com o processo de produção do conhecimento original. É uma crítica em profundidade que se pode fazer. É por isso que a história foi a que ocorreu, é por isso que essa história chocou o resto da sociedade brasileira. Agora há pouco você levantou a questão de por que perseguir. Você vê que se estabeleceu uma distância cultural muito grande entre a mentalidade cultural média das classes conservadoras e as gerações que passaram por essa experiência histórica. O conflito cultural resultante ficou profundo. E entre os legados dessas missões culturais está o domínio de

uma técnica de questionar, de negar, de ultrapassar, que nós não teríamos absorvido a não ser passando por essa experiência. Agora, com relação a Lukács, com relação a Sartre, Althusser, etc., eu não tenho nada contra eles; ao contrário! Eu estou dentro da órbita do pensamento deles. Eu só sou contra a moda, contra o fato deles serem episódicos, em relação ao eixo e aos ciclos do “nosso” pensar. Em dado momento, se exalta a um deles. No momento seguinte, se exalta outro. Trata-se de uma moda que gravita em torno dos centros culturais externos. Se surge uma moda em Paris ou em Nova Iorque, ela automaticamente é moda aqui. É quanto a isso que eu me insurjo. Acho que se eu tivesse de escolher algumas leituras fundamentais, eu colocaria *História e Consciência de Classe* entre elas. Nada tenho contra o Lukács e poderia dizer, *cum grano salis*, a mesma coisa de outros autores (ou, pelo menos, dos outros autores que foram mencionados). O mal está em ser moda e não moda nossa; moda importada e depois exagerada, convertida em culto, em idolatria. E em seguida eliminada, como se fosse algo vazio. Quer dizer, a moda que é exagerada, convertida em culto, desaparece assim que ela deixa de render prestígio. E quando ela deixa de render prestígio? Ela deixa de render prestígio quando, nos próprios centros da moda, surgem outros deuses, outros centros de gravitação. Aí automaticamente se dá o reboleço. A fonte do conhecimento “original” ou “verdadeiro” periclita; já não é mais aquela figura, já é outra e não se quer saber qual é a importância intrínseca e relativa desse novo centro. O novo ídolo é adorado também durante algum tempo, dez, quinze anos, três anos, cinco anos. Isso varia muito e importa pouco! A mobilidade se faz a partir de fora e não a partir de dentro. É isso que está errado. Lembrem-se de uma velha frase que defendia a nossa relação cultural com a Europa em termos “o último livro que chegava com o último navio”? Não mudou muito, só que agora, nem é “o último avião” é a última onda da comunicação eletrônica. O mesmo padrão repete-se no cinema, no teatro, na dança, na moda feminina, etc. Considero esse processo substantivamente errado e a Universidade não está exercendo nenhuma influência maturadora nisso. Ao contrário, ela está servindo como um dinamismo instigador e reforça-

dor de perversão dos processos que destroem, afinal de contas, os nossos poucos recursos investidos na área de produção do saber, do conhecimento, da imaginação criadora. Ela se acumplicia à reprodução cultural do “Selvagem ilustrado”

L. e L. — O sr. acha que se pode alterar esse traço, professor?

F. F. — Pode sim, é claro! Na exposição, andei muito por cima, porque já escrevi a respeito. Fico intimidado, ou melhor, inibido em repetir-me, em reafirmar coisas que já disse. É claro que o processo de mudança aqui passa pelo nosso processo de autonomização, e naturalmente, de amadurecimento.

L. e L. — Já que o sr. está falando de autonomização gostaríamos de ouvir sua opinião sobre a autonomia da Universidade e o processo de democratização interna da Universidade.

F. F. — Bom, são duas questões complexas. Quanto à autonomia da Universidade, ela precisa ser vista em termos objetivos. A Universidade que nós temos é uma Universidade de classe. É um absurdo ficar pensando que ela é uma Universidade acima das classes. Sendo uma Universidade de classe, ela é uma Universidade sujeita a um controle externo, que se realiza a partir das probabilidades que a classe dominante tem, ou não tem, de exercer controle. Uma classe social dominante, marcada por uma série de limitações intelectuais insanáveis, naturalmente não pode exercer toda a sua missão cultural. Ela procura exercer várias das suas atividades mediando, delegando ao Estado funções que, em outras condições, ela poderia privatizar ou, então, transferir para outras instituições. Se você considera o meio norte-americano, as classes dominantes usam as próprias instituições de ensino para exercer controles culturais amplos e profundos. Quer dizer, as escolas, nos vários níveis, têm uma relação osmótica vital com as classes. Não sei se vocês leram *Elmtown's Youth*, do sociólogo norte-americano A. B. Hollingshead. Esse livro é capital, porque ele mostra, com relação à educação, a mesma coisa que Gunnar Myrdal e colaboradores mostraram com relação à raça. Quer dizer, como a educação reflete os interesses das classes dominantes. Uma

classe dominante, articulada através de elites muito ativas (como o demonstram também os vários livros de C. Wright Mills) como acontece nos Estados Unidos, pode exercer controle e dominação por vários mecanismos, por vários meios. No Brasil, a nossa burguesia consegue desenvolver muitos controles diretos a nível empresarial e local. Já a nível global, ela depende muito do Estado, que opera como uma espécie de comitê de classe dominante (vocês podem dizer que se trata de um meio arcaico, mas é exatamente isso). O Estado acaba sendo a instituição mediadora central e universal. E, se o estado falhar nessa missão, acaba sendo necessário conturbar o processo político e realizar operações do tipo das que ocorreram em 89, em 30, em 37 ou em 64. Por aí se estabelece maior articulação (ou mesmo uma coalescência) entre a intervenção do Estado e as disposições das classes burguesas. Está claro isso? Portanto, a autonomia da nossa Universidade é uma *ficção legal*. Ela não existe. O Estado concentra em suas mãos uma tutela total; uma tutela que começa no âmbito das dotações orçamentárias e termina na manipulação dos códigos educacionais e na administração escolar centralizada. Qualquer questão decisiva, no âmbito da Universidade, que não possa ser resolvida pelas cúpulas, é automaticamente transferida para fora da instituição. Qual é a autonomia possível da Universidade nessa situação? Nenhuma. Ela não tem autonomia como e enquanto uma comunidade de professores, de estudantes, de funcionários. O âmbito de definição da comunidade (há educadores muito importantes que falam em comunidade de *scholars*, como o fez Frank Tannenbaum) não existe como realidade histórica. No movimento pela reforma universitária, na década de 60, nós falávamos numa “comunidade” de estudantes e professores; hoje fala-se mais, englobando-se os funcionários com maior decisão. Essa categoria converteu-se em um lugar comum na linguagem. Todavia, ela não tem corpo. Na verdade, o estudante é uma massa flutuante; os funcionários estão sujeitos a uma tutela do Estado e a uma tutela dos professores, uma dupla tutela; e nenhuma delas é responsável perante os funcionários, pois só a cúpula dos funcionários, por deter algum poder efetivo, tem condições de se defender e de contra-atacar, o resto é vitimizado; o corpo docente, por sua vez, é di-

vidido por conflitos que são. na sua essência, conflitos de classe. Há professores que se proletarizaram parcialmente na sua consciência, no seu modo de ser, e há professores que super-excitam a sua identidade com os valores das classes possuidoras e dominantes. A Universidade aparece como um campo de conflitos desencontrados, cuja polarização de classe é muito mais forte e muito mais determinante que o pertencer a uma “comunidade” Um antigo reitor, para me explicar o que aconteceu na Faculdade de Medicina naquela votação a que me referi acima disse: — “Florestan, não foi uma questão ideológica, foi uma questão de bolsinho. Essa gente está pensando que vai ser afetada em seus interesses profissionais. Por isso fizeram o que estão fazendo. Estão se defendendo no nível da defesa da renda, do lucro, impedindo o que lhes parece o advento do socialismo, do comunismo, que pensam ser uma coisa iminente” Quando se pensa sociologicamente essa realidade, a autonomia da Universidade é uma ficção. Ela poderia existir, se o Estado transferisse para o setor educacional as dotações que são percebidas em termos de impostos e taxas. O governo poderia destinar certa porcentagem do orçamento às Universidades e elas teriam que se mover aí, tomando decisões de como aplicar a soma atribuída de recursos e formular responsávelmente sua estratégia de crescimento. Mas, isso não existe. O Estado não está disposto a fazer isso, porque o controle da Universidade ou se esfacelaria ou sofreria um colapso. De outro lado, poderia haver dotações vindas de fora como acontece nos Estados Unidos (embora hoje essas dotações, também lá, estejam em crise), ou poderia haver o ensino pago, que é a grande pressão, feita em nome do modelo norte-americano, de criar-se a consciência de que o estudante recebe um serviço e esse serviço precisa ser avaliado de modo consciente. Agora, como converter em custos todas as atividades de uma Universidade? Qual é o sentido do ensino superior gratuito? Estamos em um terreno de evasivas. O concreto é que o problema da autonomia é um problema insolúvel na atual situação brasileira, dentro do capitalismo monopolista dependente. Não vejo como criar autonomia efetiva para a Universidade pública, através de Estado absolutista (mesmo quando se proclama “democrático”) e que exerce uma centralização cerrada,

unilateralmente calcada nas situações de interesses e nos valores das classes possuidoras. Fica, pois, um impasse e não há como cortar esse nó górdio sem uma revolução democrática. O Estado não avança até aquele ponto em que se poderia criar uma autonomia real. Vocês podem dizer: Bom, mas se o Estado fixar no orçamento uma parcela para as Universidades, esta Universidade poderá dispor livremente de certos recursos. Aí já se realizaria uma condição material de autonomia. Pode ser que sim, mas nesse caso, seria preciso eliminar também toda a legislação centralizadora vigente, que foi feita para manietar a Universidade, para impedir que ela tenha autonomia. Não basta possuir um regulamento próprio, um corpo legal “independente”. É necessário que se criem dinamismos internos de autogestão universitária. As normas estabelecidas visam criar controles legais ou supostamente legais, a nível estadual ou federal, para cercear e impedir qualquer tipo de autonomia. Essa realidade é anterior à presente ditadura. Uma congregação precisa preencher certos requisitos, se não preencher então o Conselho Universitário responde por aquela escola, o reitor precisa ser indicado de tal maneira e depois submetido a uma segunda escolha a nível do governador ou do presidente da República; a administração se afunila e seu ponto terminal é um pequeno déspota, professor ou burocrata. Quer dizer, há todo um conjunto de interferências que trabalham contra a autonomia. Seria preciso fazer tábula-rasa de toda essa ampla legislação e dos procedimentos administrativos correspondentes, que se acumularam e se multiplicaram ao longo do tempo, com um só objetivo: retirar da Universidade a capacidade de auto-gestão, submetê-la a controles externos, rígidos, anti-universitários e que visam alinhá-la passivamente à ordem existente. Essa é a verdade reduzida aos termos mais simples.

L e L — Há portanto duas barreiras fundamentais: a barreira orçamentária e a barreira legal.

F F — Vocês podem dizer: — a autonomia se conquista! Ela se conquista. E se travou essa luta para conquistar a autonomia da Universidade. Mas, numa sociedade de classes, há limites à autonomia das instituições-chaves e acaba sendo impossível realizar certas reformas estru-

turais a nível das instituições sem realizar uma revolução política, pelo menos, dentro da sociedade. Não digo uma revolução social. Uma revolução política, que permita uma reformulação de todo o processo de ordenação jurídica dessa mesma sociedade. A nossa sociedade não é uma sociedade democrática. Ela não é uma sociedade “aberta”, descentralizada. A democratização na Universidade também é outra palavra. O problema da autonomia esbarra em tradições, esbarra em hábitos, esbarra em interesses e esbarra na dominação de classes e na natureza do Estado como e enquanto corporificação dessa dominação de classe. Isso não quer dizer que ela não deva ser um objeto, quer dizer que lutar pela autonomia da Universidade é lutar por conquistas que são vitais. O professor não pode se divorciar dessas conquistas e dos movimentos sociais, externos à Universidade. No passado, era essencial lutar contra a cátedra. Hoje é essencial lutar contra a falta de autonomia, que é mais complexa que a do sindicato, não é? Ela é mais complexa porque o Estado se coloca em relação às escolas públicas em termos de “quem dá pão dá educação” — quem dá meios estipula como esses meios vão ser usados e com isso se estabelece toda uma rotina que, quando se ativa, se volta contra a Universidade. É, por assim dizer, um processo de asfixiamento, a Universidade é asfixiada, não é? A ditadura não criou essa situação; ela só a agravou. Ela agravou porque introduziu uma espécie de fascistização das estruturas internas da Universidade, de modo a estabelecer centros de decisões e de comando verticais, que não se comunicam de maneira flexível com as bases. Ao mesmo tempo, burocratizando esse poder vertical, a Universidade se tornou ainda mais fechada do que ela foi no passado. No passado recente, pelo menos, as decisões iam do catedrático para o C.T.A., a direção, a Congregação, o Conselho Universitário, a reitoria. Hoje existem núcleos intermediários de poder que separam o processo de decisão do corpo da Universidade. De outro lado existe toda uma tecnocracia que no passado não era tão ativa e poderosa como é hoje. Os burocratas foram privilegiados, os burocratas de alto escalão. Eles são tão poderosos atualmente quanto os professores que têm mais poder dentro da Universidade, como demonstra a professora Eunice Ribeiro Durhan. Daí a autonomia ser um problema tão

complexo, cuja solução exige uma revolução interior dentro da Universidade. Quando se falava em reforma universitária, no passado, colocava-se a questão da autonomia como um objetivo essencial. Hoje ela é ainda mais decisiva, porque a ditadura agravou todas as condições e acabou tornando a democratização interna a única via efetiva na qual nós podemos confiar. Como eliminar as várias barreiras e as várias formas de resistência à auto-regeneração da Universidade? Democratizando a Universidade a partir de dentro. Existe um reitor, há uma grande greve dos professores e dos funcionários, ele pode dizer “isso não me afeta, eles que façam greve à vontade, eu não falo com eles enquanto não paralisarem a greve” (procede como aquele chefe da FUNAI, que presumia que índio não era gente, pelo menos *gente* como ele!). É o velho vezo mandonista. O reitor supõe que seria degradado se dialogasse com uma comunidade que busca organizar-se e afirmar-se coletivamente. Ele é cioso do “seu” poder e do “poder institucional” dos órgãos colegiados dos professores que ele representa. Ao mesmo tempo, ele não pode “parecer democrático”, arruinando a partir de cima a super-estrutura burocrática e tecnocrática da Universidade. Há pois, um *despotismo institucional*, que alia entre si os donos do poder universitário e que possui por premissa uma massa de legislação potencialmente autoritária (ou fascista), feita para tornar a universidade um organismo ventríloco, que fala com a voz de dono que está muito longe de suas necessidades reais. Para eliminar tudo isso é necessário um processo interno que seja especificamente revolucionário (como, por exemplo, a segunda reforma agrária de Cuba, uma reforma revolucionária) Aqui, a reforma universitária precisa ser revolucionária — ela precisa abalar as estruturas existentes, destruí-las para criar outras novas. É nesse processo que a autonomia pode ser conquistada. Em outras palavras, autonomia sem democratização é algo inconcebível. Destruir não é um fim, é um meio. O essencial está no que se pretende construir. A reforma que se torna o equivalente de uma revolução política é altamente criadora, seja para a instituição na qual se realiza, seja para a sociedade beneficiada, seja para a humanidade. O canal, o meio pra chegar à autonomia é a democratização interna, que esbarra, naturalmente,

na própria estrutura de classes da sociedade brasileira. Os professores precisam ter bem claro em mente, e os estudantes e os funcionários também, que eles precisam transformar simultaneamente a universidade e a sociedade. Trata-se de uma luta com duas frentes decisivas, com resistências escondidas atrás de posições sociais (de professores, funcionários e estudantes) e de situações de interesses de classe. Se não se leva em conta toda as variáveis, a democratização se esboroa e se esvai antes de ser conquistada. Torna-se uma miragem. O símile que impera nessa esfera é o mesmo que aparece nos sindicatos. Os donos do poder estão preparados para a defesa conservadora da ordem. Os que querem a transformação da ordem devem estar preparados para neutralizar o poder conservador e para sofrer as mudanças requeridas pelas exigências da situação histórica.

- L. e L. — Mas seria possível essa democratização numa instituição de ensino como a Universidade sem a democratização da sociedade em que ela está inserida?
- F. F. — É claro que não. É claro que existe um âmbito de liberdade relativa que é um pouco maior na Universidade. A Universidade possui um espaço histórico um pouco mais flexível. Ela pode antecipar certas mudanças (qualquer instituição pode ter ou não ter essa potencialidade) Ao que parece, a Universidade dispõe de um espaço um pouco mais flexível, um pouco mais amplo, que o conquistado pela sociedade global. Exatamente por que? Porque ela é uma instituição-chave das classes dominantes. Estas classes precisam saturar ali um espaço histórico mais condensado para seu próprio privilégio, para o seu próprio uso. Então há um potencial de mudança ali que pode ser dimensionado por dentro e através da instituição e acionado. Mas, no limite, ele também pode produzir pânico entre os conservadores e no tope das classes dominantes. Já temos várias experiências a respeito — a última expressou-se através do golpe de Estado de 1964 e da repressão anti-universitária da ditadura. Os universitários devem incluir a previsão de tal pânico (e de seus efeitos diretos e indiretos) em seu plano de ação e, de modo geral, não devem se intimidar porque ele se mostra tão explosivo. É óbvio que não se pode condicionar a ação inovadora e rebelde em termos da repressão potencial que as inovações

vão provocar Não é função de um grupo que quer inovar medir se as inovações necessárias não serão bem recebidas em determinados círculos sociais que podem ativar represália, nem ficar milimetrando as inovações que podem suscitar mera resistência, etc. (vamos fazer 10%, 20% das inovações e deixemos a resto para daqui a uns 10 anos). Isso significaria deteriorar e perverter a inovação, não é? É preciso, pois ir ao fundo da luta, tentar conquistar, aproveitar o espaço existente para aprofundar as contradições, os conflitos e ultrapassar os limites estabelecidos. Apesar de todas as limitações que existem na sociedade brasileira eu acho perfeitamente possível aprofundar certas mudanças no âmbito de uma instituição, independentemente de que elas se realizem no resto da sociedade. Ainda aqui um bom exemplo seria a própria Universidade até o golpe de Estado de 64, como se avançou ali dentro do espaço da Universidade, embora a sociedade não tenha avançado tanto principalmente ao nível das classes dominantes. Outro exemplo é fornecido pela Igreja Católica, a contradição existente entre o setor inovador da Igreja e a reação repressiva da maioria dos católicos que se opõe à teologia da libertação e a outras correntes católicas progressistas. Estes últimos ocuparam um espaço de liberdade que existia dentro da instituição em termos da própria missão evangélica da Igreja Católica, e se projetam como pioneiros da transformação da sociedade. Dentro da Universidade ocorre algo paralelo, ainda que o temor das classes conservadoras possa desativar o processo por meios políticos tidos como “legais” ou por outros recursos. Se se põe em xeque o próprio modelo da Universidade, no entanto, não é possível avançar muito sem que a própria sociedade se transforme na mesma direção. A sociedade capitalista impõe certos limites históricos, a universidade de uma sociedade capitalista só pode ser uma Universidade compatível com o capitalismo. Qualquer que seja o grau de libertação que a Universidade possa desfrutar em uma sociedade capitalista “democrática” não se pode criar uma *universidade socialista* sob o capitalismo, mesmo que muitos professores, estudantes e funcionários lutem por ideais socialistas de educação. Não obstante, muitas vezes as “reivindicações socialistas” conduzem a importantes reformas institucionais e setoriais. A reivindicação por 8 horas

de trabalho surgiu como reivindicação socialista. Os socialistas alimentavam e propagavam várias transformações de defesa do trabalhador e da condição humana que se incorporaram à ordem institucional da sociedade burguesa. Portanto, existem reivindicações que podem ser feitas em termos socialistas e de reforma social numa sociedade capitalista. Todavia, não há uma receita universal e os divergentes têm que ser muito inflexíveis quando defendem certos objetivos e rompem com a ordem. Uma ruptura total, da perspectiva do socialismo revolucionário, presuppõe um plano mais amplo de luta de classes, na qual se passa da “revolução” à “revolução social”. É exatamente essa diferença que às vezes não é percebida pelos movimentos sociais que operam na Universidade, embaralhando limites históricos de atuação e de ativação dos conflitos políticos. Na década de 60, especialmente entre 67 e 68, a “reforma técnica” era suscitada apenas como um expediente para permitir a deflagração de uma agitação política revolucionária. As confusões resultantes foram penosas, porque o movimento de mudança social externo não oferecia suporte à pressão revolucionária da reforma da Universidade e esta não criava alternativas de expansão e, até, de auto-sustentação. Acho que aprendemos a não usar a Universidade e a reforma universitária como expediente para outros fins e que a contestação global exige uma forte disposição à mudança social revolucionária nas classes sociais subalternas e intermediárias. Como eu dizia, então, não se faz a revolução dentro da Universidade. Para atingir esse alvo é preciso lutar simultaneamente dentro e fora da Universidade, pois é na sociedade e, especificamente na luta de classes que está a matriz da revolução social. Muitas vezes fiquei sozinho ou fui mal compreendido por causa dessa posição. Mas é necessário não tomar a nuvem por Junco. Nesse terreno, impõe-se combater preliminarmente a ingenuidade política e estabelecer com clareza a distinção e as relações dialéticas que existem entre reforma e revolução. Como diria Mao Tsé-tung, quem quer pescar peixe grande que vá pescar em alto mar, não perca tempo com lambaris e bagres. A confusão de linguagem resulta e engendra confusão política, na compreensão das relações entre meios e fins. Esse foi uma espécie de veneno do movimento político no meio uni-

versitário, o qual nos levou a conhecer duras derrotas. Objetivos revolucionários, que não podiam ser propostos e defendidos em termos da “reforma da universidade” facilitaram a vitória da reação. Na hora do “pega para capar”, muita gente buscou a proteção da saia da mãe e os que arcaram com maiores responsabilidades se viram sozinhos, diante de forças esmagadoras. Essa confusão precisa terminar. Os movimentos de contestação de certo porte e vitalidade têm de refluir para o campo da Universidade. Porém, eles não precisam usar como expediente um jôgo de falsas aparências. Se se trata da participação do estudante, do funcionário ou do professor, em um movimento político de contestação radical e global, então os objetivos de tal movimento são prioritários e imperativos. O processo de democratização da Universidade, por sua vez, deve ser naturalmente balizado como parte da transformação reformista da sociedade de classes. Ninguém é obrigado a lutar concomitantemente pelas duas causas. Os que o fizeram, no entanto, sabem que em um plano (o último) apenas se pretende eliminar a rigidez que existe nesta instituição, libertá-la de elementos arcaicos (alguns antigos que vêm da escola superior isolada, outros que nasceram da universidade conglomerada, que se criou em 34). E sabem também que a luta maior transcende à universidade, como parte das grandes revoluções proletárias do século XX.